

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 790.985 - RS (2015/0246992-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : ERLITA FERRAZ BARBOZA E OUTRO(S) - RS070335
ROCHELLI CHRISTIANE WEISSHEIMER - RS079069
LUCIANO MARTINS - RS079401
AGRAVADO : OI S.A
ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON E OUTRO(S) - RS051657
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325
INTERES. : ELOI DALCIN

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. HONORÁRIOS CONTRATUAIS E SUCUMBENCIAIS. COBRANÇA NESTES AUTOS. IMPOSSIBILIDADE.

Tratando-se de discussão acerca de honorários contratuais e sucumbenciais, pertencentes a advogado que não atua mais no feito, deverá este ingressar com ação própria para buscar os valores contratados, nos termos do art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, a ser intentada contra a parte que firmou o pacto a ser executado. Precedentes desta Corte. Cadastro do agravante como terceiro interessado no feito. Impossibilidade.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

No recurso especial, a parte agravante alega violação do artigo 20 do Código de Processo Civil de 1973; dos artigos 22, 23 e 24 da Lei 8.906/1994; e divergência jurisprudencial. Defende o direito do advogado de executar os honorários advocatícios (contratuais e de sucumbência) nos próprios autos do processo em que atuou como patrono.

Para o Tribunal de origem, os honorários advocatícios devem ser discutidos em ação própria, considerando-se que, no caso, o advogado não representa

mais a parte. Veja-se:

O pedido de reserva de honorários foi indeferido, porquanto o julgador entendeu que a inconformidade da parte deveria ser objeto de ação própria.

Assim, em que pese de forma sucinta, tenho por fundamentada a decisão.

Dito isso, rejeito a preliminar de ausência de fundamentação. No mais, passo ao exame do mérito.

No caso em apreço, o antigo procurador da parte autora, Mauricio Dal Agnol, postula pela cobrança dos honorários contratuais e sucumbenciais nestes autos, assim como, pelo cadastro como terceiro interessado no que tange aos honorários de sucumbência, uma vez que, ante a suspensão da licença para o exercício da profissão, tal procurador não integra mais a lide.

Todavia, insta destacar que o procedimento de jurisdição voluntária não é o meio processual adequado para o exercício da pretensão do procurador, tendo em vista que se trata de cumprimento de contrato de honorários advocatícios.

Com efeito, o procedimento é apenas administrativo, e a questão deverá ser solucionada através da via processual adequada, considerando a necessidade de processo contencioso.

Destarte, em se tratando de pedido de reserva de honorários tanto contratuais, como sucumbenciais, realizado por advogado que não atua mais no feito, deverá este ingressar com ação própria para buscar os valores contratados, nos termos do art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, a ser intentada contra a parte que firmou o pacto a ser executado, descabendo, assim, discutir-se no presente feito se a parte contratante está ou não obrigada a cumprir o contrato.

Trago à colação precedente desta Câmara em caso em análogo:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A. RESERVA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. LIBERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. O advogado possui legitimidade para pleitear a reserva dos honorários contratuais nos autos da causa em que atuou, bastando apresentar a cópia do contrato, conforme dispõe o artigo 22, §4º da Lei n. 8.906/94. No entanto, havendo revogação de mandato e litígio entre o advogado e a parte, ex-mandante, a questão envolvendo os honorários contratuais deve ser resolvida em ação

própria. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO” (Agravado de Instrumento Nº 70056103641, Vigésima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Julgado em 26/02/2014) (grifei)

No mesmo sentido:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA (ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC). DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESERVA DE HONORÁRIOS CONTRATADOS. INVIABILIDADE NO CASO CONCRETO, PORQUE POSTULADO POR PROCURADOR COM INSCRIÇÃO NA OAB SUSPENSA. PRECEDENTES. A regra do art. 22, §4º, da Lei 8.906/94 só se presta a resguardar eventual direito do procurador regularmente constituído. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.” (Agravado de Instrumento Nº 70059922534, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 26/05/2014) (grifei)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELECOM. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESERVA DE VERBA HONORÁRIA CONTRATUAL. REVOGAÇÃO DO MANDATO. É facultado ao procurador da parte litigante o recebimento da verba honorária contratual mediante dedução do valor devido ao seu constituinte, de acordo com o disposto no artigo 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB). No caso de revogação do mandato do causídico, entretanto, deve o profissional ingressar com ação própria para o alcance de tal desiderato. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.” (Agravado de Instrumento Nº 70059544668, Vigésima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Clademir José Ceolin Missaggia, Julgado em 30/04/2014) (grifei)

Sobre o tema, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta que, havendo conflito envolvendo os honorários advocatícios, é prudente que a questão seja objeto de ação autônoma. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS E SUCUMBENCIAIS. RECEBIMENTO NOS PRÓPRIOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE CONFLITO ENTRE OS ANTIGOS ADVOGADOS E OS ATUAIS.

1. O advogado tem legitimidade para pedir, nos próprios autos do processo em que atuou, o recebimento dos honorários de sucumbência ou a dedução dos honorários contratuais da quantia a ser recebida pelo outorgante, desde que não haja conflito entre ele e os atuais patronos da causa. Na espécie, verificada a discórdia, o recebimento dos honorários deve ser buscado por meio de ação executiva autônoma. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1394647/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 05/05/2015)

Processual civil. Recurso especial. Honorários advocatícios contratuais. Retenção os próprios autos. Art. 22, 4º, do Estatuto da Advocacia. Inexistência de mandado de levantamento. Rompimento do contrato entre as partes. Necessidade de pleitear os honorários em ação própria.

- Na espécie, inexistiu qualquer depósito judicial em favor das contratantes, tendo o pagamento do acordo extrajudicial ocorrido no exterior, anteriormente ao pedido de retenção da verba honorária contratual;

- Ao tempo da assinatura do contrato, o recorrente não mais advogava para as recorridas, tendo sido substituído por outra advogada. As alegações de “manobra de esperteza” da parte devem ser discutidas em ação própria e não nos autos da ação indenizatória. Recurso especial não conhecido.

(REsp 901.983/SP, Relatora a Ministra **NANCY ANDRIGHI**, DJe de 23/10/2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REVOGAÇÃO DO MANDATO DO ADVOGADO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. 'A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é pela impossibilidade da execução de honorários advocatícios sucumbenciais nos próprios autos da ação principal em relação a advogado que teve seu mandato revogado' (AgInt no REsp n. 1.546.305/PR, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 3/8/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento
(AgInt no AREsp 991.469/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 25/5/2017).

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO. IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 1021, § 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. MANDATO REVOGADO. AÇÃO AUTÔNOMA.

(...)

2. "Nos casos em que houve a revogação, pelo cliente, do mandato outorgado ao advogado, este não está autorizado a demandar honorários de sucumbência da parte adversa nos próprios autos da execução relativa ao objeto principal do processo. Nessas hipóteses, o antigo patrono deve pleitear seus direitos (por exemplo, honorários contratuais e indenização pelos honorários sucumbenciais de que foi privado) em ação autônoma proposta contra o ex-cliente" (AgRg no AREsp 757.537/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento
(AgInt no AREsp 143.681/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 9/5/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS CONTRATUAIS E SUCUMBENCIAIS. RESERVA NOS AUTOS. NEGATIVA. CAUSÍDICO QUE NÃO PATROCINA MAIS A PARTE E QUE ENCONTRA-SE COM A INSCRIÇÃO NA OAB SUSPensa. NECESSIDADE DE DISCUSSÃO EM AÇÃO AUTÔNOMA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DECIDIDA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

2. Conquanto o art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da OAB) possibilite a reserva nos próprios autos dos honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais, tal dispositivo não se aplica quando o advogado não mais representa a parte, sobretudo no presente caso em que o causídico está com a carteira da OAB suspensa em virtude de responder a ação penal por supostas apropriações indevidas de valores pertencentes a seus clientes, devendo, dessa forma, ajuizar ação autônoma para cobrança dos valores. Precedentes desta Corte Superior.

3. Agravo regimental desprovido

(AgRg no AREsp 795.770/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 25/2/2016).

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIVISÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E MANUTENÇÃO DE CADASTRAMENTO DO ANTIGO PROCURADOR. SÚMULA 284 DO STF E FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. LIBERAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E RESERVA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. AÇÃO PRÓPRIA. SÚMULA 83 DO STJ.

1. Quanto ao tema relativo à divisão dos honorários sucumbenciais da fase de execução com o novo procurador da parte e à alegação de manutenção de cadastramento do antigo procurador ora recorrente como terceiro interessado, a parte recorrente não indica expressamente dispositivo de lei federal violado ou a que se tenha dado interpretação divergente pelo acórdão recorrido, circunstância que caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo a incidência da Súmula nº 284 do STF.

2. Ademais, essas matérias não foram apreciadas pelo Tribunal de origem, carecendo, portanto, do indispensável prequestionamento.

3. Em hipóteses semelhantes a destes autos, em que houve a suspensão cautelar pela OAB do advogado ora agravante e a revogação do mandato outorgado a ele, esta Corte Superior possui jurisprudência no sentido de que é necessária ação própria para pleitear direitos como honorários contratuais e indenização pelos honorários sucumbenciais.

4. Agravo interno não provido.

(STJ, AgInt no AREsp 899.389/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 14.12.2016);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. ACORDO. REVOGAÇÃO DO MANDATO AO ADVOGADO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. HABILITAÇÃO NA PRÓPRIA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO AUTÔNOMA. PRECEDENTES. ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Nos casos em que houve a revogação, pelo cliente, do mandato outorgado ao advogado, este não está autorizado a demandar honorários de sucumbência da parte adversa nos próprios autos da execução relativa ao objeto principal do processo. Nessas hipóteses, o antigo patrono deve pleitear seus direitos (por exemplo, honorários contratuais e indenização pelos honorários sucumbenciais de que foi privado) em ação autônoma proposta contra o ex-cliente. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ, AgInt no AgRg no AREsp 812.524/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 27.10.2016);

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REVOGAÇÃO DE PODERES ADVOCATÍCIOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. NECESSIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO AUTÔNOMA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é pela impossibilidade da execução de honorários advocatícios sucumbenciais nos próprios autos da ação principal em relação a advogado que teve seu mandato revogado.

2. Agravo interno improvido.

(STJ, AgInt no REsp 1.546.305/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 3.8.2016);

Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora